

CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE BOA ESPERANÇA NO RIO XINGU – AMAZÔNIA

Hudson Nascimento de Sousa Filho¹
José Antonio Herrera²

Resumo: O presente trabalho de pesquisa investiga o processo de produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, construindo uma análise reflexiva acerca das relações de trabalho que atribuem funcionalidade a configuração territorial da comunidade. Nessa perspectiva, o espaço geográfico demanda de uma série de ações que se inter-relacionam diretamente ligadas a determinadas dimensões datadas de diferentes temporalidades, como pedaços de tempo, que influenciam e pelo espaço geográfico são influenciados. Assim, atividades de trabalho como o extrativismo, o roçado e a pesca artesanal têm sido base de sustentação e de comércio das famílias ribeirinhas que se constituíram no processo de estruturação da economia de aviamento na região do Xingu, na Amazônia.

Palavras-chave: Espaço Geográfico. Ribeirinhos. Trabalho.

TERRITORIAL CONFIGURATION OF THE COMMUNITY RIBEIRINHA DE BOA ESPERANZA ON THE XINGU RIVER – AMAZON

Abstract: The present research work investigates the production process of the space inhabited by the riverside community of Boa Esperança, building a reflective analysis on the work relationships that attribute functionality to the territorial configuration of the community. In this perspective, the geographic space demands a series of actions that are interrelated directly linked to certain dimensions dated in different temporalities, such as portions of time, which affect and are influenced by the geographic space. Thus, work activities such as extractivism, clearing and artisanal fishing have been the basis of livelihood and trade for riverside families that were established in the process of structuring the aviation economy in the Xingu region, in the Amazon.

Keywords: Geographic space. Riparian. Work.

CONFIGURACIÓN TERRITORIAL DE LA COMUNIDAD RIBERA DE BOA ESPERANÇA EN EL RÍO XINGÚ – AMAZÓNIA

¹ Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM), Universidade Federal do Pará, Altamira – Pará – Brasil, E-mail: hnascimento329@mail.uft.edu.br, <http://orcid.org/0000-0002-8603-7765>.

² Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM), Universidade Federal do Pará, Altamira – Pará – Brasil, E-mail: herrera@ufpa.br, <http://orcid.org/0000-0001-8249-5024>.

Resumen: El presente trabajo de investigación investiga el proceso de producción del espacio habitado por la comunidad ribereña de Boa Esperança, construyendo un análisis reflexivo sobre las relaciones de trabajo que atribuyen funcionalidad a la configuración territorial de la comunidad. En esta perspectiva, el espacio geográfico demanda una serie de acciones que se interrelacionan directamente vinculadas a ciertas dimensiones fechadas en diferentes temporalidades, como porciones de tiempo, que afectan y son influenciadas por el espacio geográfico. Así, actividades laborales como el extractivismo, el desmonte y la pesca artesanal han sido la base del sustento y el comercio de las familias ribereñas que se establecieron en el proceso de estructuración de la economía aeronáutica en la región del Xingú, en la Amazonía.

Palabras clave: Espacio geográfico. Orilla. Trabajar.

Introdução

As formas-conteúdos, como os sistemas de objetos técnicos-tecnológicos implantados na Amazônia, nas últimas décadas (a saber, BR-230, Transamazônica, e Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, com abrangência sobre o contexto do município de Altamira-PA), são inseridas nos territórios, e junto com sua presença reorganizam toda a dinâmica de produção do espaço geográfico amazônico. Considerando a dinâmica local, essas estruturas chegam como novidade, como *coisa* desconhecida, mas que promete desenvolvimento e inovação ocultando, assim, sua real intencionalidade agregada ao seu conteúdo. Utilizam-se de um discurso de geração de possibilidades para “maquiar” sua funcionalidade político-econômica. Segundo Milton Santos, “*Ontem*, o homem se comunicava com o seu pedaço da natureza praticamente sem mediação; *hoje*, a própria definição do que é esse entorno, próximo ou distante, o Local ou o Mundo, é cheia de mistérios” (2013, p.20. *Grifos em itálico do autor*).

Nesse sentido, o espaço geográfico é o produto direto do conflito combinado e cooperativo entre o *novo* e o *velho*, tempos espaciais que, de acordo com a teoria miltoniana, “[...] se encontram ambos, permanentemente, em estado de mudança, que é dialética” (Santos, 2014, p. 106). Apesar de serem contraditórios, apresentam funcionalidade complementar e conjunta, porém com combinações que tendem a variar segundo a dinâmica dos lugares. Ao *novo*, atribui-se o cenário das inovações científicas e tecnológicas; ao *velho*, a dimensão das relações sociais, da classe trabalhadora e do domínio dos modos de produção que permanecem ou permaneceram ao longo do tempo.

Nesse *campo* de forças entre velhas e novas formas-conteúdos, há a ocorrência da contradição entre o externo (ação de intencionalidade exógena, que não necessariamente vem do exterior) e interno (enquanto *internalização* do externo). Esse contexto se torna ainda mais evidente no cenário global de mundialização da economia capitalista, no qual as técnicas são cada vez mais importadas dos países do primeiro mundo, portadores de capital tecnológico avançado. Aos fatores externos, as forças demandadas intencionalmente de *fora*, cabe sempre a responsabilidade de colaborar com a satisfação de vontades estrangeiras, na medida em que tais necessidades (exógenas) nem sempre estão alinhadas com as demandas internas do local (Santos, 2014).

Essas forças ocorrem em uma dialética única, porém multidimensional, ao se correlacionarem em um jogo de contradições entre o velho e o novo que, ao ser inserido em uma realidade, não necessariamente atende às demandas do local de sua materialização.

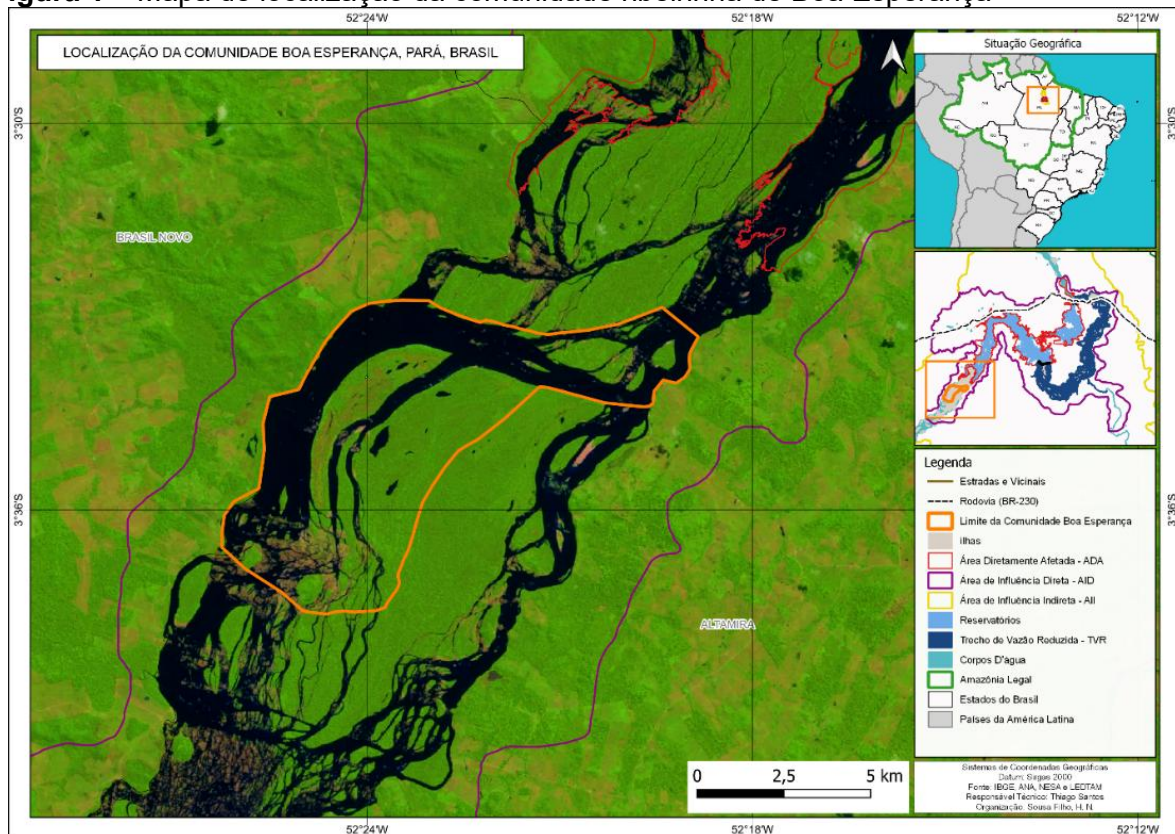
No contexto da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, a novidade chegou com um certo teor de mudança e transformação efetiva, devido à apropriação atual (capitalista) do espaço geográfico produzida na dinâmica e pelo fluxo (econômico e cultural) de ações no rio Xingu divergir com as demandas históricas da região. A apropriação do espaço geográfico agora é remetida ao patamar de mais um entre muitos recursos monopolizados pela lógica capitalista de geração de riqueza. Ao se apropriar do rio e transformá-lo em lago artificial, a lógica capitalista modifica a funcionalidade dessa materialidade, que deixa de servir como base para a vida e passa a servir como fonte propícia à geração de lucro. Inovações surgem no espaço geográfico como possibilidade de eficiência e, de acordo com a produção capitalista *no* e *do* espaço, coabitam e atribuem novas funcionalidades às formas que já preexistem nele.

De maneira geral, a comunidade ribeirinha de Boa Esperança está localizada em um conjunto de ilhas fluviais a montante da cidade de Altamira, no limite da divisa com o município de Brasil Novo, no estado do Pará (ver Figura 1). Sua formação socioespacial teve início no fim do século XIX, com a chegada de migrantes nordestinos, conhecidos como “arigós” nos ditos populares da época, que atuavam na extração do leite de seringueiras nativas do Xingu para a obtenção do látex, a principal matéria-prima da borracha. Essa atividade foi impulsionada pela indústria que consumia essa borracha, elevando a Amazônia ao patamar de

principal fornecedora do produto no mercado global. Segundo De Francesco *et al.* (2017), esse fenômeno retrata os primórdios da ocupação não-indígena na Amazônia, intensificada novamente no período da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945) devido à necessidade de látex apontada pelos Aliados, que haviam perdido o acesso à borracha produzida na Ásia.

Porém, nem sempre a condição de vida desse povo esteve atrelada somente a extração de látex, pois eles tradicionalmente praticaram outras atividades laborais para garantir o sustento familiar como a milenar pesca artesanal, realizada pelos pescadores ribeirinhos como forma de subsistência e comercialização. Somando-se, a esse ambiente, o roçado e inúmeras outras atividades extrativistas, como a caça e a coleta de produtos nativos da floresta equatorial amazônica.

Figura 1 – Mapa de localização da comunidade ribeirinha de Boa Esperança



Fonte: autores; LEDTAM, 2022.

É válido ressaltar, também, que as atividades de extração das “drogas do sertão”, como a castanha-do-Pará, somaram-se ao inventário ribeirinho de atividades de trabalho, assim como a caça do gato-maracajá, muito visado como fonte de lucro após o auge da economia de aviação da borracha na região. Em depoimento, coletado em entrevista, compreende-se também que alguns dos ribeirinhos exerceram a atividade de garimpagem como fonte de renda acessível.

Ademais, o roçado acompanha esse povo desde a formação da comunidade até os tempos atuais, constituindo a base de produção do sustento primário das famílias.

Para a coleta de dados e informações primárias sobre a dinâmica cotidiana dos moradores da comunidade, foram utilizadas técnicas quali-quantitativas de pesquisa, por meio de entrevistas semiestruturadas e aplicação de formulários. Durante a realização das entrevistas, as informações foram armazenadas em gravadores de voz portáteis e, posteriormente, transcritas. Para garantir a segurança e o anonimato das pessoas entrevistadas, optou-se por substituir seus nomes por pseudônimos de espécies de peixes típicas da Amazônia. Além disso, foram realizadas observações empíricas a partir do contato com a realidade sob investigação, o que possibilitou maior familiaridade e melhor compreensão da problemática vigente.

A análise bibliográfica e documental de literaturas publicadas relacionadas à problemática estudada também foi um recurso utilizado, como artigos publicados em periódicos ligados à discussão do tema e livros da literatura geográfica e sociológica. Para uma análise mais precisa e significativa do reordenamento e da caracterização da paisagem sob observação, optou-se por espacializar o ambiente da comunidade por meio da elaboração de mapas. O planejamento para obtenção de imagens georreferenciadas da comunidade de Boa Esperança obedeceu, inicialmente, a uma organização e a um planejamento laboratorial. Assim, foram realizadas reuniões visando definir a melhor estratégia e as ações para garantir a obtenção dos dados prospectados.

Do Método

É essencial compreender o processo de produção do espaço habitado por essa comunidade, considerando que ela é apresentada como um produto social em constante transformação. A produção do espaço habitado por esse povo é apreendida mediante a análise da síntese, em um só momento, da junção de diferentes temporalidades correlacionadas e que se correlacionam. Uma vez superpostos, esses períodos coexistem em um mesmo processo dinâmico de inter-relações entre diferentes pedaços de tempos, constituídos de maneira integrada, em um acontecer solidário multiescalar, na construção da história vivenciada pelo povo pescador-ribeirinho do médio Xingu no presente. Trata-se de uma verdadeira inter-

relação dialética e contraditória, porém articulada, entre diferentes processos de ocupação e formação socioespacial da Amazônia.

A atenção está voltada para a produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, localizada às margens do rio Xingu, no município de Altamira, no estado do Pará. Essa atenção se volta para as relações espaciais-históricas das vivências cotidianas que deram origem à comunidade, bem como para as atividades de trabalho que conferem funcionalidade à apropriação do espaço por meio de intencionalidades horizontais-locais. Percebe-se que a riqueza – de ser – desse povo emerge das múltiplas experiências acumuladas ao longo de um século e meio de vivências na Amazônia, tendo em vista o processo migratório que ocorreu no sentido Nordeste-Norte, responsável por trazer levadas de migrantes para trabalharem no corte da seringueira e na extração de látex, matéria-prima na produção de borracha, em meados do século XIX (1870).

Antes de se tornar pescador, o trabalhador que veio do Nordeste, que fugia da seca, da fome e da falta de perspectivas de futuro, tornou-se um ribeirinho por meio de suas múltiplas práticas de trabalho e apropriação do espaço amazônico. Ele foi seringueiro ou, quando muito, um “soldado” da borracha. No entanto, o mercado europeu consumidor de borracha não se mostrou muito atraído pela logística comercial de importação desse recurso no período entre guerras, de 1918 a 1939, o que ocasionou uma queda nas compras e desvalorização do produto amazônico, porque passou a ser produzido também nas colônias asiáticas sob domínio do Império Britânico, como a Malásia. Esse fator atraiu o mercado europeu consumidor de borracha, sobretudo para fins bélicos, diminuindo drasticamente a demanda de exportação da borracha produzida na Amazônia para o mercado global (Sousa Filho; Herrera, 2024).

Com a perda de espaço no mercado mundial de borracha, a produção da economia gomífera no Xingu, antes muito utilizada no processo da segunda revolução industrial, deixou de ser uma oportunidade para os migrantes que se deslocaram do Nordeste. E agora? Voltar às suas terras de origem não era uma opção. Então, o seringueiro passou a conviver intimamente com as paisagens amazônicas e com os povos originários da região, aprendendo a caçar, a pescar e a extrair as potencialidades naturais deste nosso exuberante domínio morfoclimático e fitogeográfico das terras baixas florestadas equatoriais.

Mais recentemente, no fim da primeira e início da segunda década do século XXI, as relações de trabalho desse povo foram modificadas, pois os grandes objetos técnicos, ao se territorializarem com todo o seu complexo sistema de engenharia na Amazônia, promoveram uma espécie de ação de alienação do espaço. Isso ocorreu porque modificaram a estrutura de concepção e uso do recurso correspondente à estrutura (geomorfológica e fluvial) do médio rio Xingu, que foi artificializado. Por consequência, o rio deixou de ser útil para a pesca e para a habitação saudável dos povos da região, cuja vida depende desse elemento do espaço.

Dessa forma, foi possível observar que a modificação compulsória da bacia hidrográfica do rio Xingu, acarretou drásticas alterações na paisagem geográfica analisada, sobretudo no que se refere à supressão da cobertura vegetal e à alteração da composição limnológica do rio, ocasionada pela ação de barramento para a construção do lago artificial do reservatório da UHE Belo Monte.

Por ser o espaço banal condutor de distintas ações político-econômicas comuns, o território usado, nessas condições, contraditoriamente se materializa como um recurso operacionalizado para a geração exclusiva de riqueza concentrada pela burguesia capitalista.

O caso discutido aqui é o da territorialização do modo capitalista de produção, propulsor do grande objeto técnico UHE Belo Monte. Esse elemento é um fator na dinâmica de disputa entre territorialidades distintas na Amazônia altamirense, como no caso dos ribeirinhos da comunidade de Boa Esperança, localizada na região do rio Xingu e situada a montante da barragem. Esses ribeirinhos se opõem ao reservatório, que faz parte da estruturação do Grande Objeto Técnico UHE Belo Monte, consolidado a partir de 2015. Tal fator tem impossibilitado progressivamente a viabilidade de uso das águas do Xingu por parte desse povo ribeirinho, que tradicionalmente ocupa a região desde o final do século XIX com o emprego de suas técnicas de trabalho tradicionais, hoje ameaçadas pelas consequências do barramento do rio provocado pelo Grande Objeto Técnico.

Diante dessa contextualização, justifica-se que esta pesquisa expressa a possibilidade de compreender os problemas causados aos tradicionais territórios pertencentes historicamente à Amazônia pela territorialização de Grandes Objetos Técnicos e sua carga de informações, responsáveis por alienar as relações econômicas locais. Espera-se que este trabalho contribua para a crítica ao pensamento geográfico em relação à sua compreensão das relações de trabalho

que atribuem funcionalidade aos territórios em escala local-horizantal, que historicamente se apropriaram do espaço amazônico e de seus recursos. Espera-se, portanto, intervir politicamente com justiça social àqueles que têm seu direito à vida usurpado pela ganância *d'O Capital*, que, ao se apropriar do espaço diferenciado pela região amazônica, faz deste um recurso propício à geração de riqueza e lucro, entretanto inóspito ao povo e à vida, em suas múltiplas dimensões.

Novas verticalidades no cotidiano da comunidade ribeirinha de Boa Esperança

A produção do espaço geográfico é caracterizada por um conflito entre diferentes dimensões temporais de ações e intencionalidades. Essa batalha entre distintas intencionalidades é a marca registrada da escala geográfica, atrelada ao caráter relacional que a dinâmica espacial apresenta. Nessa perspectiva, o espaço geográfico exige uma série de ações inter-relacionadas, ligadas a diferentes temporalidades, como pedaços de tempo, que influenciam e são influenciados pelo espaço geográfico. Essa noção de escala aponta para uma demanda que apresenta diretamente a força transtemporal que age no movimento da dinâmica espacial.

Nesse sentido, a transformação do espaço correspondente ao ambiente das águas do rio Xingu em mercadoria, em seu médio curso, está expressa na nova função que o empreendimento atribuiu verticalmente aos recursos locais.

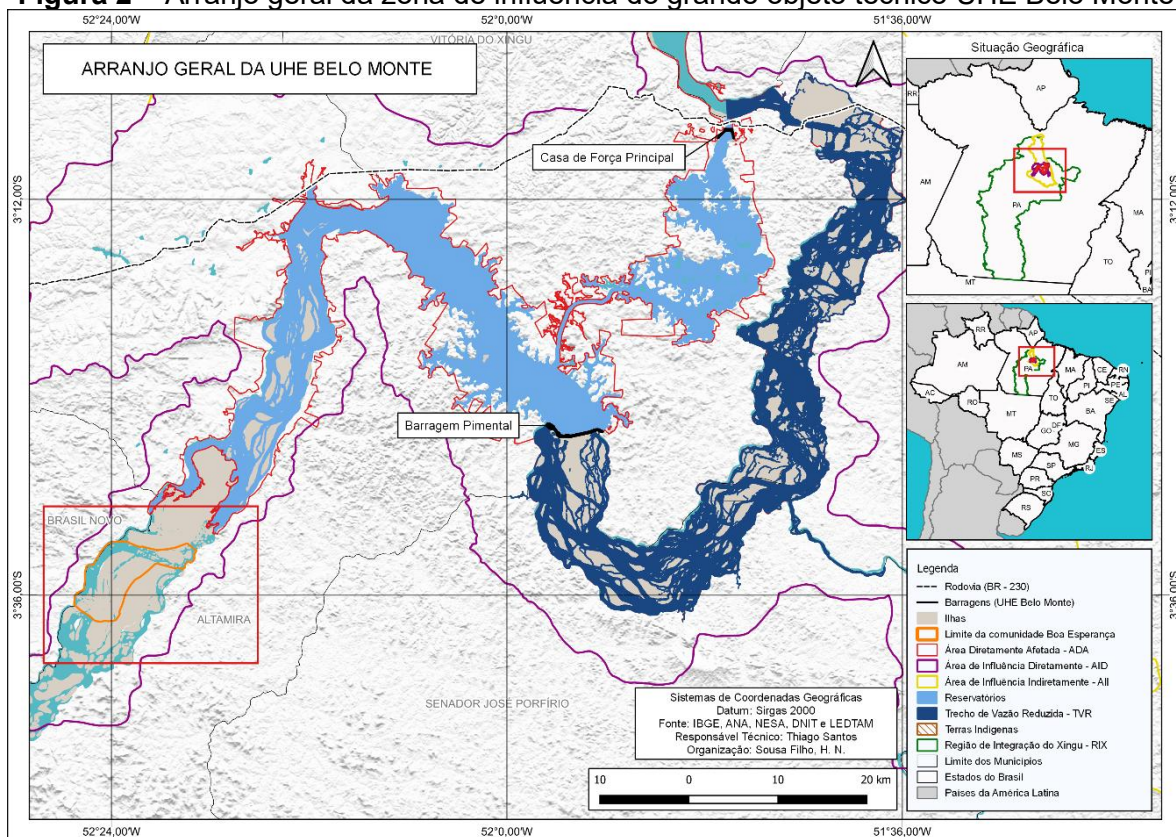
Historicamente, o rio é utilizado pelas populações originárias e tradicionais da região para a realização de atividades de trabalho e para a construção de vivências no lugar. Porém, com a chegada repentina de grandes objetos técnicos à região, houve uma modificação geral das estruturas.

Com tais modificações, esse ambiente passou a servir não apenas como fonte de trabalho e de vida para a população de pescadores artesanais locais, no caso os ribeirinhos da região. O espaço geográfico correspondente, vinculado à dinâmica das águas claras e esverdeadas do rio Xingu, foi funcionalmente modificado em sua estrutura, visível até mesmo na paisagem. Após a apropriação ocasionada pelo empreendimento capitalista e seu complexo sistema de engenharia, personificado no grande objeto técnico UHE Belo Monte, o local passou a exercer a função de recurso disponível para “matar a sede” de lucro dos acionistas ligados à obra.

A espacialização de todo o contexto de modificação e influência do grande empreendimento sobre a região integrada pela bacia hidrográfica do rio Xingu, como discutido neste ensaio, pode ser compreendida na representação do arranjo geral da UHE Belo Monte, conforme apresentado a seguir na Figura 2.

Toda a sucessiva reorganização espacial moderna de cunho capitalista, implantada pelas políticas territoriais do Estado após 1970, interfere em diferentes condicionantes do cotidiano vivenciado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança. Assim, tais intencionalidades devem ser compreendidas como novas verticalidades, que influenciam diretamente as relações socioespaciais e a estrutura do trabalho da população local. No entanto, seria uma traição ao exercício geográfico de apreensão da realidade destacar o debate sobre a ideia de verticalidades atreladas à dinâmica de produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança sem antes abordar o problema da escala geográfica nesse exercício.

Figura 2 – Arranjo geral da zona de influência do grande objeto técnico UHE Belo Monte



Fonte: autores; LEDTAM, 2022.

Dito isto, pois, algo que é vertical referente a ideias e ações – das *intencionalidades* – conjugadas em *verticalidades* reflete uma conjunção de forças exógenas ao local de materialização da contradição dialética, que é o espaço total

como um todo dinâmico e relacional. Por ser a escala “[...] um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas, as quais decidem sobre o acontecer regional ou local” (Santos, 2017, p. 151).

Esse jogo de *interações* entre distintas *intenções* é próprio da escala geográfica!

Por conseguinte, se tomarmos o espaço geográfico enquanto um *continuum* conjunto de ações inter-relacionando-se entre si, faz-se necessária a reflexão de perspectiva multiescalar do espaço, pois seus conflitos de diferentes interesses envolvidos na ação política cotidiana são mediados pelas ideias que se apresentam em configuração multifacetada de poderes expressos *em* e *de* diferentes contextos (global, nacional, regional, local e *do corpo*). Sendo que, assim como nos lembra a autora Iná Elias de Castro, em “[...] qualquer que seja a escala, quanto mais variada e complexa for a sociedade, maior será a diferença entre as necessidades dos grupos e das classes sociais e de cada território ocupado por eles” (Castro, 2005, p. 41). O que requer certa flexibilidade no exercício de análise das diferentes localizações desses grupos sociais no espaço.

Ainda de acordo com Iná de Castro fica, portanto, a cargo da escala geográfica – diferentemente da escala cartográfica tida “[...] como uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas de sua representação gráfica [...]” (2006, p. 117) – a função de “artifício metodológico” capaz de indicar o significado de certos “recortes territoriais”, mediando a análise da interação de determinada problemática, expressa em diferentes recortes espaço-temporais. “A escala é, portanto, o artifício analítico que dá visibilidade ao real [...]” (Castro, 2006, p. 133), às reais intenções, bem como seu conflito direto, que animam o espaço.

Em Racine, Raffestin e Ruffy (1983, p. 124), sobre a escala cartográfica e sua diferenciação com relação à escala geográfica, notamos que a “[...] escala cartográfica exprime a representação do espaço como ‘forma geométrica’, enquanto a escala que poderíamos e, sob muitos aspectos, deveríamos qualificar de geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com esta ‘forma geométrica’”.

Retomando o que nos ensina Iná Elias de Castro (2006, p. 119-121), ao ressaltar o problema da escala, chamando atenção à:

[...] realidade de um termo polissêmico que significa na geografia tanto a fração de divisão de uma superfície representada, como também um indicador do tamanho do espaço considerado, neste caso uma classificação

das ordens de grandeza; em algumas disciplinas específicas, muitas outras significações remetem ao sentido de medida do fenômeno. [...] uma régua de valores crescentes e proporcionais [...]. [...] O problema do tamanho é, na realidade, intrínseco à análise espacial e os recortes escolhidos são aqueles dos fenômenos que são privilegiados por ela. Na geografia humana os recortes utilizados têm sido o lugar (e seus diversos desdobramentos – cidade, bairro, rua, aldeia etc.), a região, a nação e o mundo.

Na leitura e interpretação dos autores Racine; Raffestin e Ruffy, nota-se que a escala geográfica é a dimensão *miserável* necessária, inseparável da “ação e do poder”, para percepção da complexidade da dinâmica de um dado espaço e suas distintas configurações territoriais. *Miserável* se levamos como primeira consideração a infinita complexidade que dada realidade socioespacial apresenta, visto a impossibilidade de sua percepção de forma total, mas capaz de construir certa apreensão da totalidade do território mediante análise do conflito relacional de poderes atuantes entre ações de esferas de diferentes contextos. Há “[...] um filtro que *empobrece* a realidade, mas que preserva aquilo que é pertinente em relação a uma dada intenção. [...] É um recorte no interior de um combinatório. [...]” (Racine; Raffestin; Ruffy, 1983, p. 128-129. *Grifos em itálico dos autores*).

É tal que a escala, assim como define Castro (2006, p. 136),

[...] é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida, é uma forma de dar-lhe uma figuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza deste espaço, e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado. As escalas, portanto, definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas.

Nesse sentido, a dimensão geográfica espacializante é responsável por apreender a correlação entre as ações dos poderes territorializados no espaço e a escala geográfica, então, se torna um recurso de mediação analítica para a compreensão da complexidade do contexto de apropriação do rio Xingu enquanto base de produção de espaços geográficos distintos. Tal suporte epistemológico e metodológico permite, de maneira flexível, a concepção do relacional no espaço geográfico, no processo de saturação de determinada realidade concreta, mediante um olhar aos conflitos de intencionalidades, ou seja, à dinâmica relacional expressa em diferentes *recortes* espaço-temporais e não apenas geométricos.

E por que relacionar a ideia de *verticalidades* à reconfiguração espacial vivenciada atualmente pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança?

Pelo fato de que as novas relações vivenciadas *na* e *pela* comunidade, como movimento de formação espacial-histórica do presente, não serem tipicamente demandas *da* comunidade – por serem de caráter e organização produtiva da economia capitalista. Nessa situação, conforme aponta Santos (2017), “[...] os vetores de modernização são entrópicos [...]”, ou seja, dissolvem certo caos sistêmico organizado a vontade do sistema econômico-produtivo global, pelo fato de o espaço geográfico servir como mediação das atividades de produção do Capital... e, cada vez menos, do homem.

A respeito dessa explanação, Milton Santos, ao discutir as questões políticas das *verticalidades* e *horizontalidades*, corrobora no mesmo sentido ao abordar o fato de que:

Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical – seria melhor falar de unificação – está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas. (2017, p. 287).

A questão em si é a das demandas de utilização do espaço geográfico amazônico, e seus mais diversificados recursos, por agentes hegemônicos em oposição aos contra hegemônicos. O embate é produzido de maneira complexa pela disputa – e por ser conflitante, logo, é territorial – de interesses que em conflitualidade constroem-se em espaços geográficos, de maneira multidimensional e multiescalar. Embate este que se acredita estar refletido nitidamente no desencontro entre os diferentes modos de produção existentes atualmente na Amazônia, como oposição de desejos exógenos/exteriores aos endógenos/locais-regionais; em leitura geográfica, correspondendo ao embate recorrente da disputa entre diferentes lógicas de apropriação político-funcional do espaço geográfico amazônico.

A produção do espaço amazônico correspondente aos domínios da comunidade de Boa Esperança é, em si, um mosaico conjunto da junção entre as distintas ações que animam o espaço, sendo oriundas de instância *global*, de lógica capitalista em si como organizadora das políticas econômicas internas; de estrutura *nacional* que, por força do caráter neoliberal da economia, tende a replicar as demandas internacionais do capital financeiro mundializado, mas que se relaciona com a instância *regional* de ações voltadas à projeção de políticas públicas governamentais de ordenamento territorial, organizadas logisticamente e evocadas

pelo governo federal, como no caso das políticas de desenvolvimento para a Amazônia (SUDAM, SPVEA, ADA, entre outras). Ao *local* resta receber a materialização da contradição imposta pelo desenvolvimento desigual e combinado do sistema econômico e financeiro mundial, pois a contradição oriunda da produção capitalista do espaço é materializada no *corpo*, e por atingir a vida humana está ligada aos efeitos das vivências, experiências e r-existências de cada um em *lugares* distintos.

Para a comunidade ribeirinha de Boa Esperança, essa inter-relação entre ações de distintas intencionalidades, internas e/ou externas, se transmuta no fato de a comunidade vivenciar os efeitos diretos de vontades que não fazem parte de seu cotidiano, como o caso de não serem beneficiados nem mesmo com a energia elétrica produzida pela UHE Belo Monte, apesar de serem prejudicados diretamente pela instalação desse grande empreendimento. Diferentemente da lógica capitalista do empreendedor, que visa o lucro em detrimento da utilização do espaço e de suas possibilidades como recurso o rio, para a comunidade de Boa Esperança, significa vida e prosperidade, um lugar de repouso e de experiências com a terra. Essa lógica apresenta certa disparidade em relação às intencionalidades de uso do mesmo espaço geográfico como recurso e meio de geração de lucro e acúmulo de riqueza monopolizada, como prega a lógica econômica imposta pelo sistema capitalista de produção, que transforma esse mesmo espaço em um recurso mercadoria.

A (re)significação do território usado

Portanto, por ser o espaço banal o condutor de distintas ações político-econômicas comuns, o território usado se materializa contraditoriamente como um recurso operacionalizado para a geração de riqueza concentrada pela burguesia capitalista. O caso discutido aqui é o da territorialização do modo capitalista de produção, propulsor da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, elemento-fator na dinâmica de disputa entre distintas territorialidades na Amazônia altamirense, como a dos ribeirinhos da comunidade de Boa Esperança, localizada na região do rio Xingu, a montante do lago reservatório da barragem (ver Figura 2). Esses ribeirinhos estão em oposição ao reservatório consolidado a partir do ano de 2015, parte da estruturação da UHE Belo Monte. Tal fator tem progressivamente impossibilitado a viabilidade de uso das águas do Xingu por parte desse povo ribeirinho, que

tradicionalmente ocupa a região desde o fim do século XIX com atividades extrativistas, hoje ameaçadas pelas consequências ocasionadas ao ecossistema local pelo barramento do rio provocado pela usina.

Milton Santos (2000) apresenta a ideia de ser o espaço geográfico sinônimo de *território usado* por atores hegemônicos e hegemonzados. Capitalistas em disputa com não capitalistas; entre patrões e empregados, entre as empresas e o povo, a contrapartida da luta pela defesa do território usado frente àqueles que o espoliam para gerar cada vez mais e mais lucros, recursos e riquezas. Uma oposição entre a apropriação do espaço banal enquanto valor de troca em contradição a, na maioria das vezes, então, já existente apropriação do espaço geográfico como valor de uso, que geralmente defronta e resiste ao novo.

Dessa forma, realizar uma leitura voltada à compreensão da dinâmica do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, seria o equivalente a refletir sobre o fato de a comunidade, que a mais de um século tem suas “raízes” fincadas no ambiente do Xingu, deparar-se, atualmente, com a impossibilidade de habitação das ilhas e de utilização do rio, devido à irregularidade da dinâmica fluvial trazida pela instalação do empreendimento de barramento do rio na região. A lógica de utilização do espaço relacionado à bacia hidrográfica do rio Xingu (com seus ecossistemas e sociedades), a de construção do território usado propriamente, é revertida à vontade de beneficiar os grandes acionistas e as empreiteiras associadas ao capital nacional que está ligado aos investimentos efetuados sobre a construção da barragem. De imediato, o rio deixa de servir como base das relações de trabalho do pescador-ribeirinho, passando à funcionalidade de recurso, em disponibilidade livre para a dinâmica nacional-global de mercado, surgindo como base de geração de riqueza e lucro; atribui-se ao rio Xingu certo valor de troca e torna-lhe mercadoria.

Para o território usado enquanto recurso, os atores hegemônicos se apropriam de todo um suporte técnico-científico-informacional global para realizar suas particularidades de forma acelerada e desigual. Enquanto que os sujeitos do lugar usam deste mesmo território como um abrigo para tentarem sobreviver a partir do emprego de suas tradicionais policulturas e práticas extrativistas. E é exatamente nesta história, ou melhor, contexto espacial-histórico de contrapontos que a fronteira se materializa pelo confronto de múltiplas formas técnicas de produção funcional de diferentes territórios.

Retomando Milton Santos (1999, p.19), ao discutir O Território e o Saber Local, afirma que:

Essa idéia de território usado [...] pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto – e a expressão de novo é de François Perroux – como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos.

No caso do pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança, exemplificando melhor o processo, até então, apresentado como disparidade entre as lógicas de uso do espaço, deve-se mencionar que tal fenômeno não se entende apenas como perda do direito ao espaço que essas pessoas habitam tradicionalmente, mas também pelo fato de não viverem mais um estado ancestral de bem estar recíproco com a Primeira Natureza, dadas as atuais dificuldades advindas, conforme relatam os ribeirinhos, após a construção da UHE Belo Monte e o barramento do rio por ela ocasionado.

Entende-se, a priori, que a essência da problemática está contida no fato de esses sujeitos ribeirinhos encontrarem-se hoje em um contexto fragilizado e conflituoso, de propagação da violência contra direitos básicos desse povo, como o direito à habitação e ao território, mas também ao bem-viver comum e a uma condição de vida digna. Esses elementos levaram esta pesquisa a conduzir uma análise total da realidade concreta de modificação do espaço geográfico amazônico, com o objetivo de compreender a forma-conteúdo dos diferentes modos de produção (ver Figura 3) relacionados à dinâmica de apropriação do espaço na região do rio Xingu. Trata-se de um exercício de análise da totalidade, ou seja, um esforço para compreender objetivamente as diferentes faces do conflito entre os modos de produção que se apropriam do espaço geográfico amazônico para (e a partir de) seu uso.

Figura 3 – Comparativo entre as diferentes lógicas de utilização do rio Xingu

Fonte: LEDTAM, 2021.

Assim, seguindo a leitura proposta na teoria miltoniana, o território usado, para construção desta reflexão, entende-se enquanto base comum da vida, “[...] mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado [...]” (Santos, 2002, p. 16), que tem sua materialização no processo de apropriação do espaço pela sociedade, determinado por diferentes sistemas econômicos que se apresentam no domínio de dado espaço geográfico.

Mas, são também os símbolos da vida significados na experiência do cotidiano vivida em *lugar*, os conflitos ocasionados por interesses divergentes, relacional por natureza e é fruto da relação entre sociedade e espaço e/ou sociedade-sociedade, não podendo ser apreendido apenas como chão, palco ou área, mas também, e sobretudo, enquanto materialização de relações de *poder* através da apropriação e uso do espaço.

Configuração territorial da comunidade ribeirinha de Boa Esperança

A configuração territorial é a relação de apropriação do espaço mais a própria matéria trabalhada pelas relações de trabalho que incidem no espaço geográfico, objetos e coisas em si, os naturais e os artificiais. As transformações (ou novas verticalidades) que reconfiguram o território usado na região do município de Altamira, ou seja, nesse espaço geográfico como um todo, implicam em novas relações de trabalho para a comunidade ribeirinha de Boa Esperança. Tais implicações resultam do fato desta comunidade ter sua dinâmica de configuração espacial alterada pelo ordenamento vertical imposto pelas normas do sistema de objetos técnicos que se apresenta instalado no local.

Essa comunidade de pescadores-ribeirinhos apresenta relações de trabalho historicamente atreladas a práticas de extrativismo animal e vegetal, em um tempo espacial construído com atividades ligadas à extração e coleta diretamente daquilo que a Primeira Natureza dispõe: extração de látex (leite da Seringueira – espécie *Hevea brasiliensis* – utilizado como matéria-prima na produção de borracha natural), (antigamente também ocorreu a extração da pele do gato maracajá como atividade comercial,) da castanha-do-pará, da piscosidade do rio, das ervas medicinais e madeiras para moradia disponíveis na floresta, além de animais que, caçados, servem de alimentação. São todas ocupações cotidianas que configuram a rotina do pescador-ribeirinho de Boa Esperança. Porém, essa estrutura de trabalho do ribeirinho tem sido modificada cada vez mais com a influência direta das ações que são exógenas às necessidades do seu cotidiano, pois suas ambições não envolvem a utilização do rio Xingu como objeto natural que serve de recurso disponível a ser superexplorado economicamente, mas como um espaço para a realização da vida.

A comunidade aponta que grandes modificações no espaço em que habita foram apresentadas ao longo dos últimos anos, advindas, acredita-se, com a concretização do lago artificial do reservatório da UHE Belo Monte a partir do ano de 2015. Entre tais modificações, estão a falta de correnteza no rio (transformado em lago após o barramento), o aquecimento da temperatura da água, a maior retenção de dejetos, lama e lodo, prejudicando diretamente a sobrevivência da ictiofauna (animais aquáticos) típica da região, com a diminuição e até o desaparecimento de algumas espécies de peixes, como Surubim, Tucunaré, Pescada e Matrinxã.

Em relatos de entrevistas, os pescadores-ribeirinhos mencionam que, antes, era possível capturar até 200 kg de peixe por semana de pesca. Porém, hoje, após a concretização do lago e o pleno funcionamento da UHE Belo Monte, a pesca já não é mais uma atividade comercial rentável, restando apenas como prática corriqueira voltada ao consumo familiar, quando possível. Dessa forma, a comunidade tem sua estrutura e dinâmica modificadas, pois a nova realidade socioespacial da região não atende às necessidades locais, mas sim às demandas nacionais de mercado alinhadas à unicidade técnica do capitalismo vigente na escala nacional, cujos efeitos são sentidos pelos sujeitos que dependem do lugar. Vejamos na entrevista a seguir, as consequências do barramento do rio Xingu sobre o ambiente habitado pela comunidade, conforme relata a pescadora-ribeirinha:

Toda espécie diminuiu, pega, mas é pouco. Tem dias que vai pescar e não pega nem para comer. Antes pegava tucunaré de 2 a 4kg e hoje não dá nem um quilo. A pescada também, Matrinchã sumiu do mapa. Quando pega são pequenos. Curimatá, tucunaré, pacu, pescada, surubim. Diminuiu e muito a quantidade e tamanho de peixe que pesca. Antes os peixes eram maiores, mas agora não pega nada, só lodo na malhadeira. Aumentou os pescadores e sumiu os peixes. Acabou as cachoeiras, até aqui nos Araras. Pacu de seringa (diminuiu). Piranha, Matrinchã (sumiu). (Pescadora-ribeirinha Acari Zebra, 2020).

Ao utilizar o rio Xingu como capital-recurso, o empreendimento hidrelétrico de Belo Monte dificulta a atividade pesqueira artesanal não apenas para os moradores da comunidade de Boa Esperança (conforme visto no trecho de entrevista), mas também para outros povos originários que habitam a região ameaçada pelo fim da pesca artesanal, devido ao reordenamento compulsório provocado pela instalação do lago sobre o ambiente da Volta Grande do Xingu e suas zonas de influência direta e indireta. Esse fator corrobora uma reorganização do espaço geográfico no âmbito da comunidade, que passa a ter suas relações de trabalho, como a pesca artesanal, limitadas pela influência da modificação causada pela instalação desse grande objeto técnico.

Isso se deve tanto ao atual cenário de reorganização do espaço na região de influência do município de Altamira-Pará, após a inserção da UHE Belo Monte no município de Vitória do Xingu-Pará, o que transformou a relação dos habitantes locais com seu meio natural, quanto ao fato de que a abertura da BR-230, conhecida como Transamazônica, também influenciou a comunidade. Tal intervenção ocorreu a partir do processo de abertura da frente de exploração e devastação da Floresta Amazônica para ocupação agropecuária na década de 1970, limitando, desde então, a utilização das florestas nos arredores das ilhas da comunidade pelos ribeirinhos para atividades de extrativismo.

O lugar da região Amazônica na divisão social e territorial do trabalho é referenciado globalmente como o de suporte de recursos naturais, biológicos e mineralógicos disponíveis ao sistema capitalista nacional-global, além de a região ser vista como fonte hidrológica do mundo, ou seja, um armazém de água, biodiversidade e minérios. No entanto, as políticas de organização de produção no espaço amazônico difundem práticas de superexploração e deterioração das sociobiodiversidades amazônicas, pelo fato de as atuais frentes de exploração de recursos, que estão distribuídas na região, não disporem de vínculo com o lugar. O que reverbera na não verificação dos prejuízos socioambientais que os grandes

empreendimentos econômicos deflagram a partir do processo de utilização dos recursos de maneira a não respeitar, de fato, o tempo da Primeira Natureza.

Para quem realmente possui o (autor)reconhecimento amazônida, como o povo da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, as relações de trabalho, próprias da diferenciação espacial que o lugar da Amazônia apresenta, são de cunho saudoso às demandas que a Primeira Natureza exige. Com respeito aos tempos desta, aos tempos de oferta de suas benesses, não sobrepondo sua vontade antrópica à que é própria do meio natural, mas vivendo em comunhão e relação íntima no ambiente que integra. Há certo teor de reciprocidade entre o sujeito pescador-ribeirinho e às paisagens que ele habita, como se de fato este ser amazônida se apresentasse como parte intrínseca do meio, formando uma unidade total, fazendo com que a configuração territorial construída pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, no rio Xingu-Altamira-Pará, apresente-se alinhada ao trabalho de manejo e extração dos produtos naturais da Floresta Equatorial Amazônica, e do rio Xingu, além do cultivo de policulturas nas zonas férteis do “beiradão” do rio.

Para o pensamento geográfico miltoniano, a configuração territorial é o conjunto de elementos artificiais e naturais que fisicamente caracterizam uma área juntamente com as relações sociais que constroem o território em si. É “[...] o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem”. Ela, a área, é sempre um sistema, uma totalidade inerte, é um todo, conjunto total e integral, “[...] de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível”. Nessa totalidade o conjunto de fixos, tanto os naturais quanto os artificiais, tendem à formação de sistemas de engenharia fixados no ambiente (Santos, 2014a, p. 83-85).

Cabe salientar que a representação espacial dos sistemas de objetos técnicos *na* e *para* a comunidade ribeirinha de Boa Esperança é refletida em certo estranhamento frente a estrutura de engenharia que efetua a modificação do ambiente, na medida em que reconfigura a dinâmica territorial correspondente ao espaço integrado pelo rio Xingu. Esse estranhamento ocorre justamente pelo fato de as demandas do empreendimento, seu sentido de uso do rio e seu espaço de influência, divergirem das necessidades próprias do local, próprias do lugar, de fato. A exploração do rio enquanto recurso, executada pelas necessidades do empreendimento, fazem crer que as vontades endógenas sejam esfaceladas frente

às ações capitalistas de aquisição de lucro que se impõem em detrimento da vida em suas múltiplas dimensões.

Dialogando com Milton Santos, percebe-se que:

[...] A tendência a uma interdependência maior é acompanhada de maior diversificação e expansão dos objetos técnicos no espaço. Ao mesmo tempo em que as atividades capitalistas vão aumentando a sua presença no território, o oposto se dá com os espaços indiferenciados. [...] Na sua evolução os sistemas de engenharia levam também de uma divisão de trabalho local simples a uma cooperação geograficamente estendida e complexa, de poucas a muitas intermediações, com o uso de técnicas cada vez mais estranhas ao grupo [...] (2014a, p. 89).

O Grande Objeto Técnico UHE Belo Monte tem uma intencionalidade oposta ao da produção do espaço habitado pelo pescador-ribeirinho, pois sua condição de utilização do rio está atrelada à sua funcionalidade como recurso, ou seja, o rio é utilizado como um meio de geração de riqueza capitalizada. Esse fato acarreta transformações diretas nas condições de trabalho da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, devido ao impacto socioambiental causado pelo barramento do rio Xingu realizado pelo sistema de engenharia da UHE Belo Monte com efeito sobre as populações locais. A implantação desse empreendimento reassentou várias famílias e modificou as estruturas locais, política e economicamente, por meio do arrendamento direto de vontades contrárias, antes mesmo que pudessem perceber a realidade concreta que é fundamental.

Por conseguinte, o pescador-ribeirinho, diante das atuais dificuldades em realizar as atividades de pesca artesanal, para o sustento familiar, tem reforçado as atividades de agricultura como o roçado de pequeno porte (conferir Figura 4), atividade de trabalho que sempre acompanhou o ribeirinho em seu inventário cotidiano de ocupações diárias. Entretanto, uma vez sem opção para atuar na pesca artesanal devido à morte da ictiofauna (dos peixes) na região do médio curso do rio Xingu, a atividade agrícola familiar de policultura passou a se sobrepor como fundamental para a sobrevivência das famílias. Esse processo origina determinada auto-organização do trabalho na comunidade, tendo em vista que esta tiveram suas relações cotidianas com o rio modificadas compulsoriamente após o barramento deste, que passou a deixar de “ter vida”, como pronunciado repetidas vezes pelos moradores da comunidade em diálogos de entrevistas.

Figura 4 – Preparo da terra, feito por pescador-ribeirinho na comunidade de Boa Esperança, para “botar” a roça de mandioca



Fonte: autores, setembro 2021.

Muitos ribeirinhos relatam também que dependem da aposentadoria como renda fundamental para garantir o sustento mínimo da família, que geralmente conta com mais de um aposentado. Dessa maneira, é perceptível que a aposentadoria, adquirida via governo federal, surge como alternativa de renda, tendo em vista que muitos trabalhadores precisaram abdicar da pesca artesanal, que não dá mais lucro, como atividade de trabalho. Dessa forma, não é possível deixar de notar que os moradores da comunidade se apresentam, em seus próprios dizeres, muitas vezes “nas mãos do INSS” para sobrevivência e sustento familiar.

Secularmente, o roçado de mandioca tem sido fonte de sustento garantido na dieta básica do ribeirinho da comunidade de Boa Esperança, sendo a produção de farinha importante atividade de trabalho para a base alimentar por muitos meses. Para não dependerem muito “das coisas da rua”, como alguns alimentos básicos, os moradores da comunidade escolhem produzir em excesso para estocagem, na premissa de se garantir por alguns meses com relação à alimentação própria. Essa estratégia pode ser verificada no caso da produção e estocagem de farinha, que é realizada anualmente, como forma de se precaver de eventualidades, caso as dificuldades venham à tona em algum momento. Essas técnicas de produção de farinha realizadas no âmbito da comunidade podem ser visualizadas a seguir na Figura 5:

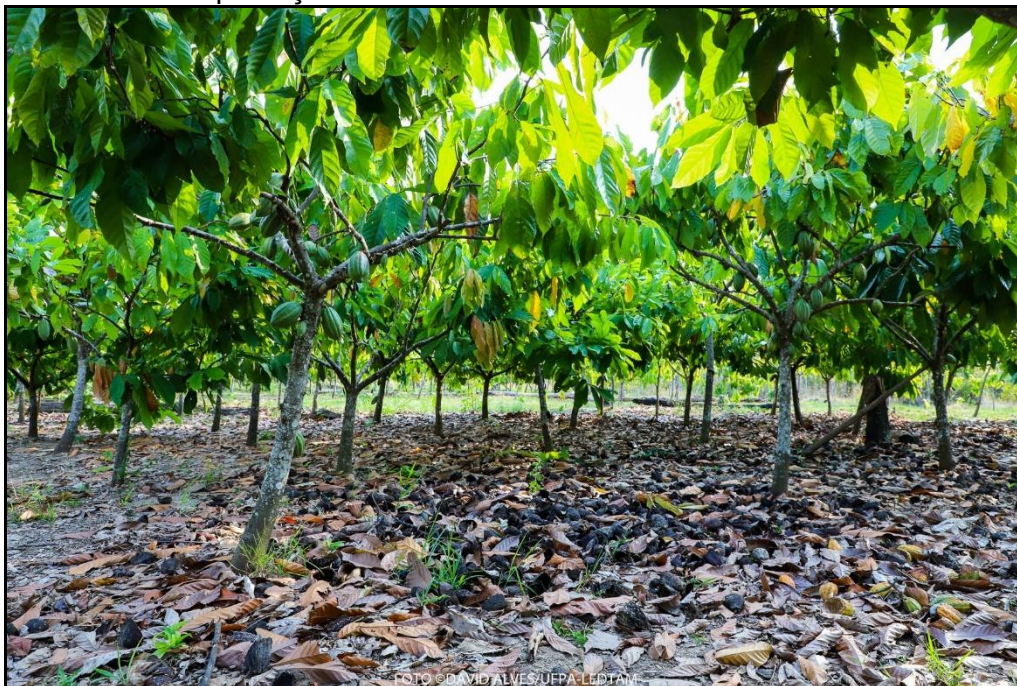
Figura 5 – Torrador e Prensa: tradicionais tecnologias utilizadas na produção de farinha

Fonte: autores; setembro 2021.

Durante as investigações empíricas, pôde-se observar também que alguns moradores da comunidade têm investido no plantio de cacau (*Theobroma cacao*) como atividade comercial economicamente rentável, a fim de obter algum lucro com a venda das amêndoas após o processo de secagem. A produção (conferir a Figura 6) e comercialização do cacau, enquanto produto cerealista, surge como possibilidade de obtenção de renda por alguns dos ribeirinhos que moram nos domínios da comunidade. Entretanto, é preciso ressaltar o fato de a comunidade habitar uma localização próxima a uma zona de forte influência do comércio do cacau, situada nos arredores do município de Medicilândia, um dos maiores produtores e fornecedores do mundo, e que detém, atualmente, o título de Capital Nacional do Cacau.

Essas atividades de trabalho são tidas enquanto ações estratégicas para sobreviver mediante as recentes dificuldades, apontadas pelos moradores da comunidade com relação à impossibilidade de realização da pesca artesanal, que foram geradas e emergiram no território após a instalação do grande objeto técnico UHE Belo Monte.

Figura 6 – Roça de cacau (*Theobroma cacao*) cultivada por pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança



Fonte: LEDTAM, setembro 2021.

São impasses advindos com a chegada das demandas verticais impostas pela ordem capitalista nacional ao local que, por sua vez, como se pôde notar, apresenta re-existência ao não desvirtuar seu significado cotidiano do labor de tradicionais práticas herdadas de temporalidades ancestrais. Um povo que mantém a produção do espaço geográfico ribeirinho de ocupação do “beiradão” do rio Xingu, nas zonas férteis possíveis de produção de roçado que tornam presente a continuidade da vida, re-existindo ao processo de territorialização das práticas capitalistas de produção na Amazônia. Mesmo com os impeditivos constantes que afetam a possibilidade de habitação por parte dos pescadores-ribeirinhos, estes não abdicam de seu espaço de vivências nas margens do rio Xingu, não deixam de produzir o seu futuro um dia após o outro, lutando contra todas as possíveis adversidades que a sociedade capitalista possa disseminar sobre seus caminhos.

Considerações finais

A presente pesquisa compreende o processo de produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, através da análise dos aspectos das relações de trabalho praticadas no cotidiano da comunidade, bem como das alterações advindas com o reordenamento compulsório que o ambiente –

banhado pela bacia hidrográfica do Xingu no seu trecho das terras do meio – sofreu com a intervenção de grandes objetos técnicos na região. Dispondo de certa reflexão, por conseguinte, às atuais condições de trabalho que atribuem funcionalidade a (re)configuração territorial funcionalizada pelo pescador-ribeirinho.

Compreende-se que a comunidade de Boa Esperança possui sua formação espacial-histórica tradicionalmente vinculada a uma dinâmica socioespacial que é resultado decorrente da junção entre ações de elementos de ordem social mais as de influência das condições físico-naturais de seu entorno. Uma simbiose de injunções globais-regionais-locais que, relacionalmente, influenciaram-se entre si ao tempo em que influenciaram a condição de vida do migrante oriundo do Nordeste que viajou para a Amazônia em busca de refúgio contra a falta de perspectiva de futuro. Seria o fato de a comunidade ribeirinha de Boa Esperança ter sua gênese na similitude entre o aumento das demandas do mercado mundial da borracha, ora impulsionados pela queda concomitante da produção de gado e algodão no Nordeste ocorrendo, paralelamente, ao fator de seca que dificultou a ocupação dos sertões do Ceará e Rio Grande do Norte nos anos de 1877, 1878 e 1888.

Mais recentemente os “grandes objetos técnicos”, ao territorializarem-se na Amazônia com todo o seu complexo sistema de engenharia, acabaram promovendo uma espécie de ação de alienação do espaço geográfico, pelo fato de modificarem a estrutura de concepção e uso do espaço correspondente ao rio Xingu, objeto natural diretamente modificado (artificializado) e, por força dessa condição, deixado de ter utilidade funcional para os povos da região, cuja vida depende desse elemento do espaço. Dessa forma, foi possível observar que a modificação compulsória da bacia hidrográfica do rio Xingu, acarretou drásticas alterações na paisagem geográfica analisada, sobretudo no que tange a supressão da cobertura vegetal e a alteração na composição limnológica do rio ocasionada devido à ação de barramento do mesmo para construção do lago artificial do reservatório da UHE Belo Monte.

Dessa maneira, a comunidade, uma vez inserida nesse contexto, passa a vivenciar certas dificuldades para continuidade e habitação nas ilhas, tendo em vista que não foram reconhecidos e nem indenizados pelo empreendedor e as devidas estruturas governamentais responsáveis pelo projeto de Belo Monte. Outrora, existe o fato de esse sistema de objetos técnicos possuir intencionalidade de utilização do espaço totalmente oposta ao modo de trabalho empregado pelo pescador-ribeirinho, pelo fato da condição de utilização do rio por parte do empreendimento estar

atrelada à funcionalidade deste elemento natural enquanto recurso, ou seja, utilizar-se deste enquanto elemento natural da paisagem como um meio de geração de lucro e riqueza capitalizada. Tal ação acarreta transformações diretas nas condições de trabalho da comunidade ribeirinha de Boa Esperança devido ao impacto socioambiental que o barramento do rio Xingu, por parte do sistema de engenharia da UHE Belo Monte, tem causado sobre as populações locais da região.

Com efeito, a partir da construção da presente pesquisa pôde-se compreender que a produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança caracteriza-se pela relação do pescador-ribeirinho com o rio Xingu, que é um objeto natural, mas que possui grande carga de significados, estes, simbolicamente entrelaçados à (trans)formação do ser ribeirinho no espaço geográfico. O rio é apropriado funcional e simbolicamente por esses sujeitos, como elemento natural que carrega o simbolismo do significado de ser ribeirinho, com estrutura característica do meio natural, mas que corrobora diretamente no sentido de construção da identidade comum da comunidade. Desse modo, o espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança apresenta-se como junção de diferentes tempos. Uma vez sobrepostos, esses períodos coexistem em um mesmo processo dinâmico de superposição entre diferentes momentos históricos, em acontecer simultâneo, na construção da história do presente vivenciada pelo povo pescador-ribeirinho do médio Xingu, na Amazônia.

REFERÊNCIAS

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, ROBERTO, L. C. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 117-140.

DE FRANCESCO, A. A.; FREITAS, A.; BAITELLO, C.; GRAÇA, D. S. História de ocupação do beiradão no Médio rio Xingu. In: MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: relatório da SBPC. São Paulo: SBPC, 2017, p. 41-65.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, C. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. **Revista brasileira de geografia**, v. 1, n. 1, p. 123-135, 1983.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. – 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. *et al.* O papel ativo da Geografia: um manifesto. **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, julho de 2000.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. 5 ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/Annablume, 2002, p. 15-20.

SANTOS, M. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise, **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

SOUSA FILHO, H. N.; HERRERA, J. A. Entre Rios, Ilhas e Florestas: a Formação do Espaço habitado pelo pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança no Rio Xingu. **Estudos Geográficos**: revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UNESP-Rio Claro), v. 21, n. 3 (2023), p. 24-49, 2024.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Hudson Nascimento de Sousa Filho – Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Reflexão acerca da pesquisa e Elaboração do manuscrito.

José Antonio Herrera – Participação ativa da discussão dos resultados e Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Formado com bolsa de estudos modalidade mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme comprovado em documento suplementar anexado (Comprovação de benefício) – processo de número: **88887.497903/2020-00**.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Foi obtido o consentimento por escrito dos participantes conforme comprovado em documento suplementar anexado (Termo de autorização para uso de dados, voz e imagem).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 10-10-2023

Aprovado em: 18-12-2025